

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Um gestor, visando modernizar o sistema de TI de uma instituição pública federal, pensou em contratar diretamente a empresa de ex-sócio, sem licitação. Submeteu à sua equipe essa ideia, assim como a proposta de que determinado *software*, após sua implementação, exibisse sua foto e seu nome na tela de *login*, por ter sido ele o idealizador do projeto. A maioria dos técnicos e técnicas da equipe de TI manifestou-se contrariamente à contratação da empresa e à proposta para a tela de *login*.

A partir da situação hipotética precedente, julgue os itens a seguir, à luz dos princípios fundamentais da administração pública federal.

- 51 Caso a contratação da empresa seja realizada, a publicação oficial do contrato administrativo de TI é dispensável para que ele tenha exequibilidade, uma vez que, no âmbito da administração pública federal, a publicidade é incondicionada à eficácia dos efeitos externos do ato.
- 52 Conforme o princípio da legalidade, o gestor tem liberdade para adotar procedimentos de contratação baseados na eficiência pública, desde que a lei não proíba expressamente a escolha de empresas com as quais tenha vínculos de afinidade.
- 53 Como a moralidade administrativa exige que o agente público, ao atuar, diferencie não apenas o legal do ilegal, mas também o honesto do desonesto, a contratação de empresa de ex-sócio feriria o elemento ético da conduta, independentemente de constituir ou não prejuízo financeiro à instituição federal.
- 54 Tendo em vista que o princípio da impessoalidade veda a discriminação negativa de agentes públicos, é facultada a implementação de símbolo ou nome próprio para identificar servidor responsável por melhorias tecnológicas na instituição.
- 55 Caso o gestor tivesse aplicado penalidade máxima de suspensão a servidor com histórico ilibado, por este ter-lhe apresentado crítica técnica, teria sido violado o princípio da razoabilidade, evidenciando-se descompasso entre os meios e os fins, o que configura proibição de excesso.

A reitoria de uma universidade federal, após auditoria interna, decidiu anular a concessão de gratificação paga havia seis anos a um grupo de servidores, alegando erro de interpretação da lei à época de sua concessão. A decisão de anulação, ademais, coadunou-se com a supremacia do interesse público e a legalidade para a correção imediata do erário, visando à eficiência de gastos.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens subsequentes, com base nos princípios fundamentais da administração pública federal.

- 56 A supremacia do interesse público fundamenta o poder de império da universidade para intervir em situações individuais, contudo tal primazia não é absoluta nem autoriza o arbítrio, devendo sempre ser exercida nos limites da lei.
- 57 Caso a decisão tivesse sido publicada sem abertura de prazo para manifestação individual, o ato teria sido nulo, pois teria havido cerceamento de oportunidade de defesa dos servidores quanto à anulação da gratificação, infringindo-se o direito ao contraditório e à ampla defesa — dogmas do Estado de direito aplicáveis também a processos de reconhecimento ou retirada de direitos.
- 58 O princípio da segurança jurídica submete-se de forma absoluta ao princípio da legalidade, de modo que a administração pública tem o dever e o direito de anular atos com vícios de origem a qualquer tempo.

59 A busca pela eficiência e pelos resultados positivos autoriza o administrador a ignorar ritos procedimentais, quando estes representarem obstáculo ao saneamento célere das contas públicas.

60 A validade da anulação de ato administrativo está condicionada à sua motivação, pois é por meio dela que o poder público demonstra a conformidade do ato com a lei, afastando suspeitas de arbitrariedade e garantindo a transparência.

No que tange à organização da administração pública federal, julgue os itens que se seguem.

- 61 No caso de sociedades de economia mista que operem sob regime de monopólio estatal, existe restrição à composição do controle societário, determinando que a maioria acionária pertença exclusivamente à União, de modo permanente.
- 62 As sociedades de economia mista podem revestir-se de qualquer das formas de personalidade jurídica admitidas em direito, desde que a maioria das ações com direito a voto pertença à União.
- 63 A personalidade jurídica das fundações públicas de direito privado decorre do registro de seus atos constitutivos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, de modo que elas se eximem da aplicação das demais disposições do Código Civil relativas às fundações comuns.
- 64 As entidades da administração pública indireta gozam de autonomia plena, sem que haja vínculo de supervisão ou controle finalístico por parte de Ministérios de Estado sobre as atividades por elas desempenhadas.

Acerca da estruturação da administração pública, bem como das características e da descrição de órgãos e entidades públicos, julgue os itens seguintes.

- 65 A celebração de contratos de desempenho permite a ampliação da autonomia gerencial de entidades da administração indireta, tendo como contrapartida o cumprimento de metas e preservando-se o vínculo de supervisão finalística exercido pelo ministério supervisor.
- 66 A celeridade e a qualidade das decisões administrativas são frequentemente restringidas por sua vinculação às instâncias dos Poderes Executivo e Legislativo, o que pode gerar descompassos entre a urgência das políticas públicas e a complexidade das dinâmicas de governabilidade.
- 67 No modelo federativo brasileiro, a autonomia dos entes federados implica que cada unidade possa traçar seu próprio destino administrativo de forma absoluta, desobrigando, por exemplo, municípios de alinhar seus modelos de gestão a uma estrutura administrativa global e harmônica.
- 68 A introdução, no texto constitucional, do princípio da eficiência e da previsão de contratos de gestão transmutam a natureza jurídica dos órgãos da administração pública direta, dotando-os de personalidade jurídica própria para assegurar a autonomia gerencial e financeira.

Acerca dos ministérios e de suas respectivas áreas de competência, julgue os itens a seguir.

- 69 O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, por meio de sua autoridade máxima, exerce a presidência do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), sendo uma de suas atribuições a formulação da Política Nacional do Meio Ambiente.
- 70 O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome é o órgão responsável pela operacionalização do Programa Bolsa Família, pela gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social.
- 71 O Ministério da Educação detém poder regulatório direto sobre a rede de educação infantil e o ensino fundamental, cabendo-lhe igualmente a supervisão do ensino médio e do ensino superior, tanto público quanto privado, em todo o território nacional.
- 72 A formulação da política de pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, assim como a estruturação de cargos, carreiras, remuneração e desenvolvimento de servidores, é de competência do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.
- 73 No rol das atribuições diretas do Ministério da Saúde incluem-se as seguintes: formular e implementar políticas nacionais de saúde, coordenar o Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito federal e fiscalizar a produção e a comercialização de medicamentos no território nacional.
- 74 Compete diretamente ao Ministério da Fazenda a formulação de diretrizes de política fiscal, gestão da dívida pública e administração tributária federal.
- 75 Entre as competências do Ministério do Planejamento e Orçamento inclui-se a elaboração do plano plurianual (PPA), da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e da lei orçamentária anual (LOA).
- 76 O Ministério das Relações Exteriores é responsável pela política externa brasileira e pela representação do País no exterior, estando entre suas atribuições exclusivas a concessão de vistos e o controle de entrada e saída de estrangeiros no território nacional.

No que diz respeito aos poderes e deveres do administrador público, julgue os itens subsequentes.

- 77 O poder disciplinar, embora permita a aplicação de sanções a servidores públicos que cometam infrações funcionais, prescinde da observância ao contraditório e à ampla defesa, quando a falta for leve e a penalidade aplicada for a advertência verbal.
- 78 O dever de probidade do administrador público está intrinsecamente ligado ao princípio da moralidade administrativa, de modo que sua violação pode ensejar não apenas sanções administrativas, mas também a suspensão de direitos políticos e a perda da função pública, nos termos da Constituição Federal.
- 79 O poder hierárquico confere à autoridade superior a possibilidade de avocar competências atribuídas a agentes subordinados, desde que tal avocação não seja proibida por lei.
- 80 O poder-dever de agir do administrador público é faculdade conferida pelo ordenamento jurídico, que autoriza o gestor, diante de razões de conveniência e oportunidade, a decidir pela omissão em situações de flagrante lesão ao interesse público.
- 81 O poder regulamentar permite ao chefe do Poder Executivo expedir decretos que criem novos direitos e obrigações para particulares, desde que tais decretos sejam devidamente motivados e tenham fundamento no interesse público.

- 82 O poder de polícia administrativa caracteriza-se pela prerrogativa do Estado de restringir, condicionar ou limitar o exercício de direitos e atividades individuais em benefício da coletividade, tendo como atributos a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a imperatividade.
- 83 O dever de prestar contas, atribuído ao administrador público, decorre diretamente do princípio republicano e abrange não apenas os gestores de recursos públicos federais, mas também quem quer que, mesmo sendo particular, receba, guarde, gere ou administre dinheiro, bens e valores públicos.
- 84 O uso do poder de polícia administrativo é legítimo ainda que implique restrição a direitos individuais constitucionalmente garantidos, desde que essa restrição seja proporcional, apresente razoabilidade e fundamento legal e vise à proteção do interesse coletivo.
- 85 O dever de motivação dos atos administrativos aplica-se somente aos atos discricionários, sendo dispensável nos atos vinculados, uma vez que nestes a lei já determina todos os elementos do ato, tornando a motivação juridicamente irrelevante.

A respeito da gestão por processos e da gestão de riscos, julgue os itens subsequentes.

- 86 São quatro as dimensões do modelo de avaliação da maturidade organizacional em gestão de riscos: ambiente, processos, parcerias e resultados.
- 87 Na gestão por processos, os macroprocessos são conjuntos de atividades necessárias à execução de processos de maior escala em organizações de grande porte.
- 88 Compartimentação e estruturas verticalizadas são características da gestão por processos.
- 89 Na metodologia de representação de eventos de risco denominada *bow tie*, o evento de risco corresponde ao nó central, sendo as causas e os controles preventivos listados de um lado, e as consequências e os controles atenuantes, do outro.

Acerca de processos de análise e de tomada de decisão, assim como de gerenciamento de crises, julgue os itens a seguir.

- 90 O gerenciamento de crises compreende, entre outros elementos, mecanismos de contenção de danos, destinados a impedir que os efeitos indesejados de uma crise se espalhem, e mecanismos de aprendizagem pós-crise, destinados à reformulação de sistemas e mecanismos para melhorar o desempenho futuro da gestão de crises.
- 91 O gerenciamento efetivo de crises baseia-se, fundamentalmente, na resposta adequada de uma organização após a ocorrência de uma grande crise.
- 92 O método das comparações limitadas sucessivas, associado à abordagem incremental, representa uma alternativa ao método racional exaustivo de tomada de decisão.
- 93 Uso recorrente de informações falsas na mídia e vazamentos de informações confidenciais são exemplos de crises do tipo econômico.
- 94 O modelo decisório denominado modelo da lata de lixo pressupõe que organizações anárquicas, como as universidades, são atores racionais que tomam decisões lineares, sempre com base em observações factuais.

No que diz respeito a *compliance*, julgue os itens subsecutivos.

- 95** Os mecanismos de *compliance* são aplicados no contexto organizacional com base, entre outros fatores, em critérios de conformidade definidos por entidades externas.
- 96** O uso de controles internos para manter os riscos em níveis adequados e aceitáveis é uma boa prática de governança no setor público.
- 97** A elaboração de um código de conduta e a abertura de canais para o envio de possíveis denúncias são etapas a serem consideradas na implantação de um programa de *compliance*.

Com base na legislação anticorrupção vigente, especificamente na Lei n.º 12.846/2013 e no Decreto n.º 11.129/2022, julgue os itens que se seguem.

- 98** A investigação preliminar destinada à apuração de potencial ato lesivo à administração pública federal deve ser obrigatoriamente conduzida pela corregedoria da entidade competente.
- 99** Um dos aspectos a serem considerados na aplicação das sanções previstas na Lei n.º 12.846/2013 é a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades no âmbito da pessoa jurídica sancionada.
- 100** Para fins do disposto no Decreto n.º 11.129/2022, o programa de integridade de uma pessoa jurídica tem, entre outros, o objetivo de prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, tanto nacional quanto estrangeira.
- 101** Constitui ato lesivo à administração pública, nacional ou estrangeira, dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
- 102** O acordo de leniência, ato administrativo negocial decorrente do exercício do poder sancionador do Estado, somente pode ser celebrado caso vise ao incremento da capacidade investigativa da administração pública.
- 103** Para a responsabilização administrativa de pessoa jurídica considerada responsável por ato lesivo à administração pública, a sanção cabível é a multa, cujo pagamento integral, desde que realizado tempestivamente e em conformidade com a legislação, desobriga o sancionado da reparação do dano causado.

Certa empresa brasileira de tecnologia desenvolveu uma solução de monitoramento ambiental inteligente para detectar a qualidade do ar em tempo real, utilizando tecnologia de Internet das coisas (IoT). O dispositivo lançado no mercado global pela empresa exige que os consumidores adotem novas formas de pensar e agir em relação à qualidade do ar e à sustentabilidade ambiental. Ao buscar expandir suas operações no mercado internacional, a empresa tem enfrentado o desafio de adotar modelos de negócios escaláveis, além de enfrentar concorrência crescente.

Considerando a situação hipotética precedente, julgue os itens a seguir.

- 104** A empresa pode ser considerada inovadora, pois, além de desenvolver um novo produto que gera valor no mercado, busca expandir suas operações globalmente.
- 105** O processo de inovação da empresa teve início com o desenvolvimento do dispositivo para monitoramento da qualidade do ar e foi finalizado com seu lançamento no mercado internacional.

- 106** O processo de inovação da empresa pode ser classificado como caso de inovação radical, que exige não só a criação de um novo produto, mas também a transformação de práticas de mercado e mudanças no comportamento do consumidor.
- 107** Ao tentar expandir sua operação para mercados internacionais, a empresa pode beneficiar-se do modelo de inovação disruptiva, já que o dispositivo é uma solução global e prescinde de adaptações ao longo do processo de adoção.
- 108** Caso o desenvolvimento do dispositivo lançado pela empresa tenha sido realizado em ecossistema de colaboração ativa e contínua entre diferentes atores, como universidades, centros de pesquisa e outras empresas, então é correto concluir que o modelo de ecossistema adotado foi o de inovação aberta.

Com base na Lei de Inovação (Lei n.º 10.973/2004), julgue os itens seguintes.

- 109** A concessão de subvenção econômica às empresas que produzam produtos de inovação deve ocorrer sob a forma de financiamento reembolsável, sendo vedada a utilização de recursos públicos não reembolsáveis.
- 110** É autorizada a concessão de licença sem remuneração a pesquisador de instituição pública para constituir empresa com a finalidade de desenvolver atividade empresarial relativa à inovação.
- 111** As instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICT) públicas são impedidas de celebrar contratos com empresas privadas para compartilhamento de seus laboratórios, ainda que com vistas a realizar atividades voltadas à inovação tecnológica mediante licitação prévia e por prazo determinado.
- 112** Visando proteger os direitos de propriedade intelectual, a titularidade das criações desenvolvidas no âmbito das instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICT) públicas é exclusiva dessas instituições.

Acerca de empreendedorismo, autoconhecimento e percepção de oportunidades, julgue os itens que se seguem.

- 113** O empreendedorismo é um fenômeno econômico relacionado, exclusivamente, ao desenvolvimento e à introdução de inovação a partir da criação de novos negócios.
- 114** Da ampla circulação de informações com relação a oportunidades empreendedoras decorre, necessariamente, uma tendência à convergência da percepção de indivíduos expostos a contextos informacionais semelhantes.
- 115** No âmbito do empreendedorismo, a identificação de oportunidades de negócio não decorre exclusivamente de condições externas de mercado, pois é influenciada por fatores internos, como repertório, experiência prévia e capacidade cognitiva do indivíduo empreendedor para reconhecer padrões.
- 116** O autoconhecimento contribui para o processo empreendedor ao permitir que o indivíduo alinhe suas competências, sua tolerância ao risco e suas motivações pessoais às oportunidades percebidas.

Uma *start-up* brasileira de base tecnológica desenvolveu, a partir de pesquisas internas, um novo sensor portátil capaz de detectar contaminantes na água em tempo real, utilizando um princípio físico ainda não explorado comercialmente. Apesar do avanço técnico, o protótipo ainda apresenta limitações operacionais e não foi validado comercialmente em larga escala. Paralelamente, a equipe responsável pelo protótipo passou a utilizar técnicas estruturadas de criatividade, como *brainstorming* orientado e recombinação de conhecimentos prévios, para adaptar a tecnologia a diferentes contextos de uso, buscando viabilizar sua inserção no mercado. Enquanto isso, empresas concorrentes utilizam tecnologias já consolidadas, porém com melhorias incrementais voltadas à eficiência e à redução de custos.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

- 117** As melhorias incrementais promovidas pelas empresas concorrentes, com tecnologias já consolidadas, por se limitarem à busca de eficiência e à redução de custos, não são contempladas pelo conceito de inovação em sentido estrito, uma vez que não implicam alteração substancial nas bases tecnológicas nem criação de novos conhecimentos científicos.
- 118** A utilização de técnicas estruturadas de geração de ideias, como o *brainstorming* orientado e a recombinação de conhecimentos, está alinhada à compreensão de que o processo criativo pode ser estimulado por métodos sistemáticos, não se restringindo a eventos espontâneos ou exclusivamente intuitivos.
- 119** O desenvolvimento do sensor portátil pela *start-up*, ainda que não validado comercialmente, caracteriza inovação, uma vez que utiliza princípio físico ainda não explorado no mercado.
- 120** A adaptação da tecnologia para uso em diferentes contextos, a partir da combinação de conhecimentos existentes, exemplifica o papel da criatividade como processo de recombinação, em que ideias novas emergem da reorganização de elementos previamente disponíveis.
-

Espaço livre
